



ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018
PROCESSO Nº 067/2018 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 26 dias do mês de março de 2018, o Município de Bom Jesus, por intermédio da Prefeitura municipal, com sede na Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN - CEP: 59.270-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.002.404/0001-26, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, a Sra. Elizabeth Vasconcelos de Arruda Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o 205.796.404-34, brasileira, casada, Assistente Social, residente e domiciliada na Rua Almir Freire, 84, Centro, CEP nº 59.270-000, Bom Jesus/RN;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 005/2018, conforme Ata publicada e homologada pelo Prefeito Municipal;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **COMERCIO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E INFORMATICA MALHEIRO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.761.843/0001-25, com sede na Rua Tomas Antônio Gonzaga, 276, Liberdade, Parnamirim/RN, CEP nº 59.155-605, neste ato representada pelo Sr. Williams da Silva, portador da Cédula de Identidade nº 1.469.361 – SSP/RN e CPF nº 914.082.104-87, cuja proposta foi classificada em 01 lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de Eletrodomésticos, Móveis de Escritório, Utensílios de Cozinha e Materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social – SEMTHAS, do município de Bom Jesus/RN, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE 01 – ELETRODOMÉSTICOS

Empresa: **COMERCIO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E INFORMATICA MALHEIRO LTDA**

CNPJ: 40.761.843/0001-25

Valor Total do LOTE: R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)

| LOTE 01 – ELETRODOMÉSTICOS | | | | | | |
|----------------------------|---|-------|--------|-------|--------------|---------------|
| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Marca | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | Aparelho de ar condicionado do tipo Split frio, 9000 BTUS, 220 volts. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 04 | ELGIN | R\$ 1.150,00 | R\$ 4.600,00 |
| 2 | Aparelho de ar condicionado Split Teto, 58.000 BTUs, só Frio, 220V, Trifásico. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 02 | ELGIN | R\$ 7.500,00 | R\$ 15.000,00 |

ewo



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59.270-000
CNPJ: 08.002.404/0001-26 / Telefone: (84) 3253-2209
<http://www.licitacoes.bomjesus.rn.gov.br>

| | | | | | | |
|----|--|-----|----|----------------|--------------|---------------|
| 3 | Fogão industrial 4 bocas com forno incluso | UND | 02 | TRON | R\$ 1.100,00 | R\$ 2.200,00 |
| 4 | Forno para fogão industrial de 4 bocas. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 02 | TRON | R\$ 550,00 | R\$ 1.100,00 |
| 5 | Fogão doméstico a gás, de 6 bocas na cor branca. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 01 | ESMAL TEC | R\$ 650,00 | R\$ 650,00 |
| 6 | Freezer horizontal de 500 litros, com duas portas, de excelente resistência química e mecânica na cor branca, 220 V. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 03 | TERMISA | R\$ 2.450,00 | R\$ 7.350,00 |
| 7 | Geladeira do tipo <i>Frost Free</i> , 2 Portas, 352 Litros, 220v, na cor branca. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 04 | CONSUL | R\$ 2.900,00 | R\$ 11.600,00 |
| 8 | Liquidificador doméstico 2,4L, 6 Lâminas e 5 Velocidades - 800W, 220 V. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 02 | PHILIPS | R\$ 245,00 | R\$ 590,00 |
| 9 | Liquidificador industrial 2 L em inox. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 02 | VITALEX | R\$ 550,00 | R\$ 1.100,00 |
| 10 | Ventilador de pedestal, altura regulável, hélice de 3 ou 4 pás com 60 cm de diâmetro, 03 velocidades, oscilação automática de 90°, inclinação vertical em 3 posições (0°, 40°, 80°), grades práticas de alta resistência e durabilidade, pedestal, altura entre 1,20 e 1,90m. Garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto. | UND | 03 | VENTI DELTA | R\$ 280,00 | R\$ 840,00 |
| 11 | Máquina de costura mecânica, 220 V, largura 38,5cm, altura 30cm, profundidade 15,5cm. Características: com bobina, prega zíper, prega botão, braço livre que facilita costura em mangas, | UND | 04 | ELGIN | R\$ 1.000,00 | R\$ 4.000,00 |

eto PA



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
 Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59.270-000
 CNPJ: 08.002.404/0001-26 / Telefone: (84) 3253-2209
<http://www.licitacoes.bomjesus.rn.gov.br>

| | | | | | | |
|--------------|--|-----|----|----------|------------|----------------------|
| | punhos e barras, com isolador dos dentes, quantidade de pontos 09 - básicos (reto/ziguezague), essenciais (03 pontinhos/bainha invisível), decorativos. Largura do ziguezague ajustável. e velocidade de até 750 pontos por minutos. | | | | | |
| 12 | Cafeteira elétrica em inox 15 xícaras. | UND | 03 | BRITANIA | R\$ 190,00 | R\$ 570,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 49.500,00 |

LOTE 02 – UTENSÍLIOS DE COZINHA

Empresa: **COMERCIO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E INFORMATICA MALHEIRO LTDA**

CNPJ: 40.761.843/0001-25

Valor Total do LOTE: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

| LOTE 02 – UTENSÍLIOS DE COZINHA | | | | | | |
|---------------------------------|--|-------|--------|-------------|-------------|----------------------|
| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Marca | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | Caçarola de alumínio nº28 | UND | 04 | BALDUINO | R\$ 80,00 | R\$ 320,00 |
| 2 | Caldeirão industrial de alumínio tamanho nº 30 | UND | 03 | BALDUINO | R\$ 90,00 | R\$ 270,00 |
| 3 | Caldeirão industrial de alumínio tamanho nº 60 | UND | 03 | BALDUINO | R\$ 400,00 | R\$ 1.200,00 |
| 4 | Conjunto de panelas antiaderente 5 peças | UND | 04 | PANELUX | R\$ 302,00 | R\$ 1.208,00 |
| 5 | Conjunto de talheres (garfo, faca e colher) 24 peças tipo inox | UND | 10 | SIMO NAGGIO | R\$ 60,00 | R\$ 600,00 |
| 6 | Conjunto de utensílios de cozinha de silicone 5 peças | UND | 02 | BRASLU | R\$ 152,00 | R\$ 304,00 |
| 7 | Escorredor de louças para 20 Pratos de Inox e com Porta Talher | UND | 04 | STAM PINOX | R\$ 330,00 | R\$ 1.320,00 |
| 8 | Forma de Cupcake anti-aderente 12 Cavas | UND | 02 | ART HOUSE | R\$ 67,00 | R\$ 134,00 |
| 9 | Jogo de forma retangular de alumínio com 5 Peças | UND | 04 | BALDUINO | R\$ 320,00 | R\$ 1.280,00 |
| 10 | Pratos de vidro do tipo raso | UND | 200 | NADIR | R\$ 8,70 | R\$ 1.740,00 |
| 11 | Pratos de vidro do tipo sopeiro | UND | 200 | NADIR | R\$ 8,70 | R\$ 1.740,00 |
| 12 | Bandejas em inox para jarras | UND | 05 | STAR HOUSE | R\$ 80,00 | R\$ 400,00 |
| 13 | Copos de vidro do tipo liso sem desenhos | UND | 40 | CIV | R\$ 6,10 | R\$ 244,00 |
| 14 | Lixeira de plástico resistente com pedal 80 Litros | UND | 04 | PLASUTIL | R\$ 192,00 | R\$ 768,00 |
| 15 | Caixa plástica de plástico organizadora até 70 litros | UND | 06 | PLAS VALE | R\$ 162,00 | R\$ 972,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 12.500,00 |

EMO *Ⓟ*



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59.270-000
CNPJ: 08.002.404/0001-26 / Telefone: (84) 3253-2209
<http://www.licitacoes.bomjesus.rn.gov.br>

LOTE 03 – MÓVEIS DE ESCRITÓRIO

Empresa: **COMERCIO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E INFORMATICA MALHEIRO LTDA**

CNPJ: 40.761.843/0001-25

Valor Total do LOTE: R\$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais)

| LOTE 03 – MÓVEIS DE ESCRITÓRIO | | | | | | |
|--------------------------------|---|-------|--------|-------------|--------------|----------------------|
| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Marca | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | Arquivo de aço com 4 gavetas corrediças de trilho, na cor branca | UND | 02 | ALFA MOVEIS | R\$ 1.020,50 | R\$ 2.041,00 |
| 2 | Armário alto fechado com prateleiras e portas medindo 1,60 X 0,80 X 0,37m, com 2 Portas e trava de chave, na cor branca | UND | 08 | MART INUCCI | R\$ 880,00 | R\$ 7.040,00 |
| 3 | Mesa para computador canto 2 portas, 3 gavetas na cor branca | UND | 03 | GIOBEL | R\$ 880,00 | R\$ 2.640,00 |
| 4 | Longarina no material PVC Polipropileno, 3 Lugares , Cor Preta | UND | 05 | MARTI FLEX | R\$ 600,00 | R\$ 3.000,00 |
| 5 | Cadeira secretária fixa base palito, acolchoada na cor azul ou preta | UND | 15 | MARTI FLEX | R\$ 191,00 | R\$ 2.865,00 |
| 6 | Cadeira presidente giratória flex com braço corsa | UND | 05 | MARTI FLEX | R\$ 679,00 | R\$ 4.074,00 |
| 7 | Cadeira secretária giratória | UND | 05 | MARTI FLEX | R\$ 410,00 | R\$ 2.050,00 |
| 8 | Suporte para CPU | UND | 10 | MART INUCCI | R\$ 99,00 | R\$ 990,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 24.700,00 |

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.2. São participantes todos as Secretarias do município.

2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.1. Caso decorra de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para cada lote da Ata.

2.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento,



independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 6º do Decreto nº 7.892, de 2013.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do artigo 12, do Decreto nº 7.892, de 2013, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 1 (um) ano.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;



5.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013.

6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on-line, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.



9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.2. A Contratante obriga-se a:

9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

10.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

EM *AB*



Estado do Rio Grande do Norte

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO

Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59.270-000

CNPJ: 08.002.404/0001-26 / Telefone: (84) 3253-2209

<http://www.licitacoes.bomjesus.rn.gov.br>

10.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta - corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização da contratação será exercida por Luiz Alberto Ferreira Fernandes, inscrito sob o CPF nº 066.937.594-24 e Matrícula nº 5609330, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

12.1.2. Apresentar documentação falsa;

12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.6. Cometer fraude fiscal;

12.1.7. Fizer declaração falsa;

12.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: c. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante; d. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

12.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

12.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

12.3.2. Apresentar documentação falsa;

12.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

12.3.4. Cometer fraude fiscal;

12.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

12.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: e. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

a. Multa:

a.1. Moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;

a.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

b. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, pelo prazo de até dois anos;

b.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

c. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

PROCURAÇÃO

OUTORGANTES: COMERCIO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E INFORMATICA MALHEIRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o N° 40.761.843.0001-25, com endereço na Rua Tomás Antônio Gonzaga, n°276, Liberdade, Parnamirim/RN, CEP 59.155-605, representada por seus sócios o Sr. **IVANALDO SEVERINO MALHEIRO** portador de RG sob o n° 542.425 ITEP/RN e inscrito no CPF sob o n° 315.891.204-00 e a Sr. **LUIZA PINHEIRO FERNANDES** portadora do RG sob o n° 732.104 SSP/RN e inscrita no CPF sob o n° 455.408.294-68.

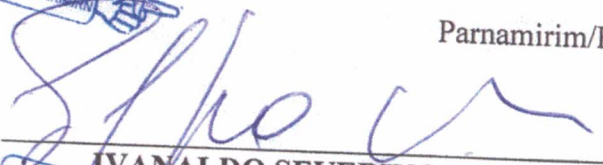
OUTORGADO: ROSIANI FERNANDES CARDOSO, portador de RG sob o N° 002.425.687 SSP/RN, e inscrito no CPF sob o N° 058.212.354-21

OBJETO: Representar a outorgante perante os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para fins de licitações públicas, tais como: Carta Convite, Tomada de Preços, Concorrências e Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Registro de Preço.

PODERES: Conferindo-lhe poderes especiais para representá-lo perante quais quer órgãos públicos municipais, estaduais e federais, onde poderá retirar edital, apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação e das propostas de preços, assinar as respectivas atas, Ata de Registro de Preços (instrumento de compromisso), registrar ocorrências, formular lances verbais e por escrito, formular impugnações, interpor recursos, renunciar o direito de recursos, bem como assinar contratos e quaisquer documentos, indispensáveis ao fiel cumprimento do presente mandato.

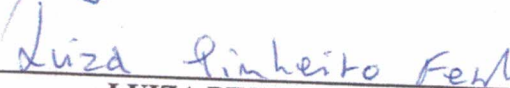
Parnamirim/RN, 09 de Junho de 2017.

2º CARTÓRIO
PARNAMIRIM/RN



IVANALDO SEVERINO MALHEIRO
SOCIO

2º CARTÓRIO
PARNAMIRIM/RN



LUIZA PINHEIRO FERNANDES
SOCIA

Rua Tomás Antônio Gonzaga, n° 276 - Liberdade - Parnamirim/RN.

CEP: 59.155-605 Fone: (84) 3645-3657

E-mail: ismalheiro@hotmail.com

Parnamirim/RN, 09/06/2017
da verdade. Emol R\$ 4,68

Em testemunho

PELRO FRASMO DE PAIVA NUNES - Substituído



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ROSINEI FERNANDES CARDOSO



DOC. IDENTIDADE / C.R.E. BRASILEIRO Nº
002425687 SSP RJ

CPF
088.212.354-21 DATA NASCIM. 01/05/1988

NACIONALIDADE
FRANCISCO CARDOSO DA
SILVA
LUIZA FERREIRO
FERNANDES CARDOSO

SEXO
MASCULINO
COR DA PELE
BRANCA

Nº REGISTRO
04567547411 VALIDEZ
19/04/2018 1ª HABILITAÇÃO
06/02/2007



Rosinei Fernandes Cardoso

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RIO DE JANEIRO / RJ DATA FISSAO
22/04/2018

2890543 308
374217365

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
748478767

PROIBIDO PLASTIFICAR
748478767